

ENTRADA	
DATA:	
N.º DE ENTRADA:	
N.º REQUERIMENTO:	
PROCESSO:	

### RERAE – LEGALIZAÇÃO URBANÍSTICA

#### REQUERENTE

Nome					
Morada					
Localidade		Freguesia			
Concelho		Código Postal	-		
N.º Identificação Fiscal		N.º Identificação Civil		Válido até	
Código da Certidão Comercial Permanente					
Telefone		Telemóvel		Fax	
E-mail					
<input type="checkbox"/> Autoriza o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado. (Conforme disposto no artigo n.º 112.º, do Código do Procedimento Administrativo)					
Na qualidade	<input type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Usufrutuário	<input type="checkbox"/> Locatário	<input type="checkbox"/> Superficiário	<input type="checkbox"/> Outro

#### REPRESENTANTE

Nome					
N.º Identificação Fiscal		N.º Identificação Civil		Válido até	
Na qualidade	<input type="checkbox"/> Mandatário	<input type="checkbox"/> Sócio-gerente	<input type="checkbox"/> Administrador	<input type="checkbox"/> Outro	

#### PEDIDO

**Vem requerer**, ao abrigo do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro (RERAE), em conjugação com o disposto no artigo 102º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE) e no artigo 31.º do Regulamento n.º 780/2018 de 19 de novembro (RMUE), **a legalização** da presente operação urbanística e **emissão do respetivo alvará** para o prédio abaixo identificado.

Enquadramento da operação urbanística, nos termos do artigo 2.º do RJUE:

Construção   
  Reconstrução   
  Alteração   
  Ampliação   
  Demolição

Tipo de utilização

#### IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

Local				N.º	
Freguesia			Artigo Matricial		
Código da Certidão Predial Permanente					

**ANTECEDENTES**

Não existem antecedentes processuais na Câmara Municipal de Montalegre para o local em questão

Licença/Autorização/Comunicação de obras N.º

Outro

**DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS**

Assinale com uma cruz (X) os documentos que junta ao seu processo, para efeitos do disposto no artigo 14.º do RERAE (em conjugação com o RJUE e o RMUE) e na Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril.

1. Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais.

2. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1.

3. Ata de conferência decisória.

4. Extratos das plantas do PDM de Montalegre

5. Levantamento topográfico.

6. Planta de implantação.

7. Termo de responsabilidade do técnico autor de projeto de arquitetura, acompanhado de cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil e de declaração válida da respetiva associação profissional.

8. Termo de responsabilidade do coordenador de projeto, acompanhado de cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil e de declaração válida da respetiva associação profissional.

9. Memória descritiva e justificativa (de acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril)

10. Projeto de arquitetura.

11. Ficha de elementos estatísticos previstos na portaria 235/2013, 24 de julho.

12. Projetos de especialidades e outro(s) elemento(s).

13. Termo de responsabilidade subscrito por técnico legalmente habilitado a ser autor de projeto que ateste a conformidade da obra concluída com os projetos de arquitetura e de especialidades, acompanhado de cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil e de declaração válida da respetiva associação profissional.

14. Elementos instrutórios em formato digital (conforme Anexo II à Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril).

15. Declaração de conformidade digital (conforme Anexo ao RMUE).

16. Outro(s):

16.1. \_\_\_\_\_

16.2. \_\_\_\_\_

16.3. \_\_\_\_\_

**PUBLICITAÇÃO DO PEDIDO**

Pela presente tomo conhecimento que o presente pedido de legalização deverá ser devidamente publicitado, em conformidade com o RJUE, no prazo de 10 dias, devendo ser colocado no local da pretensão, de forma visível desde a via pública, o respetivo aviso, segundo modelo aprovado e anexo à Portaria n.º 228/2015, de 3 de agosto.

**OBSERVAÇÕES**

Os elementos/documentos instrutórios são meramente indicativos e não dispensam a consulta da legislação e/ou regulamentos aplicáveis.

PEDE DEFERIMENTO			
------------------	--	--	--

Assinatura		Data	
------------	--	------	--

O Técnico de Atendimento procede à **verificação do processo**, aconselhando o requerente a não efetuar a entrega sem que o mesmo seja devidamente corrigido.

NOTAS			
-------	--	--	--

O Técnico de Atendimento		Data	
--------------------------	--	------	--